



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 061/2019
PREGÃO PRESENCIAL n.º 056/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 102/2019

Aos 25 (Vinte e cinco) dias do mês de Outubro do ano de 2019, O MUNICÍPIO DE MONTE BELO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.668.376/0001-34, com sede na Rua Sete de Maio, 379, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Valdevino de Souza, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n.º 121.663.246-49 e do RG: M-351424 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade de Monte Belo - MG, na Rua Sete de Maio n.º 503 - Centro, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n.º 056/2019 para o REGISTRO DE PREÇOS, conforme Ata de Sessão homologada em 17/10/2019, em favor da empresa BETÂNIA APARECIDA PERBONI VILAS BOAS ME, com sede na cidade de Guaranésia/MG, na rua Quintino Bocaiúva, n.º 32, Centro, CEP: 37.810-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.105.483/0001-63, através de seu representante legal Sra. Betânia Aparecida Perboni Vilas Boas, brasileira, solteira, portador do CPF 079.688.906-67 e do RG MG-13.267.423 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Guaranésia/MG, na Rua Quintino Bocaiúva, n.º 32, Centro, CEP: 37.810-000 nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de diversos materiais tais como: materiais de limpeza e higiene, acondicionamento e embalagem, cama, mesa e banho e de copa e cozinha. De acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste edital.

Em atendimento as seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

1.2. - Os itens registrados para a empresa acima mencionada são os seguintes:

ITEM (Nº Item, Código e Descrição)	MARCA/MODELO	QTD.	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001 - (008263) LIXEIRA DE PLASTICO 20 LITROS	JAGUAR	9.0000	UN	40,9000	368,10
005 - (008252) CAIXA ORGANIZADORA - 56 LITROS	JAGUAR	9.0000	UN	84,5000	760,50
006 - (008303) POTE CAFE QUADRADO 2,1 LITROS	JAGUAR	10.0000	UN	7,4700	74,70
007 - (008336) KIT COM DOIS POTES COM TAMPA	ARQPLAST	4.0000	KT	16,5000	66,00
008 - (008314) TOALHA DE MESA RETANGULAR	TEKA	4.0000	UN	53,0000	212,00
010 - (008247) AMASSADOR DE BATATA/FEIJAO/	SANTANA	12.0000	UN	37,0000	444,00
011 - (008248) BACIA DE PLASTICO RESISTENTE	ARQPLAST	19.0000	UN	20,5000	389,50
013 - (008250) CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA	JAGUAR	14.0000	UN	42,4000	593,60
014 - (008251) CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 17	JAGUAR	14.0000	UN	35,8000	501,20
016 - (008254) COLHER PARA SERVIR TOTALMENTE	ORIGINAL	10.0000	UN	21,8000	218,00
017 - (008255) COLHER PARA ARROZ DE SILICONE	ARQPLAST	12.0000	UN	21,0000	252,00
019 - (008257) ESCUMADEIRA EM SILICONE E COM	ARQPLAST	8.0000	UN	22,0000	176,00
020 - (008258) DESCASCADOR DE LEGUMES - 21 CM	ARQPLAST	10.0000	UN	17,0000	170,00
021 - (008259) GARRAFA TERMICA - 1 LITRO	INVICTA	20.0000	UN	22,9000	458,00
022 - (008260) GARRAFAO TERMICO - 5 LITROS	TERMOLAR	4.0000	UN	43,5000	174,00
026 - (008265) PEGADOR DE MASSAS EM ACO INOX	SIMONAGIO	10.0000	UN	12,8000	128,00
027 - (008266) PENEIRA EM TELA DE POLIESTER	ARQPLAST	24.0000	UN	33,0000	792,00

[Handwritten signatures and initials]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34 - Rua Sete de Maio, 379 - Centro. Fone:
(35) 3573-1155

028 - (008267) POTE PLASTICO RETANGULAR	AROPLAST	10.0000	UN	17,5000	175,00
029 - (008268) POTE PLASTICO - 3,5 LITROS	AROPLAST	10.0000	UN	10,0000	100,00
030 - (008269) POTE PLASTICO RETANGULAR 6,5LI	AROPLAST	10.0000	UN	10,9500	109,50
032 - (008271) PLACA DE CORTE - 40 X 30 CM	AROPLAST	10.0000	UN	78,0000	780,00
033 - (008272) RALADOR ACO INOX COM 4 FASES	PAROLAR	13.0000	UN	20,0000	260,00
034 - (008273) KIT DE INSTALACAO DE GAS PARA	VINIGÁS	17.0000	KT	38,5000	654,50
038 - (008277) COADOR DE PANO P/ CAFE GRANDE	NOVO MUNDO	22.0000	UN	5,2000	114,40
042 - (008281) PANO DE PRATO BRANCO LISO	NOVO MUNDO	84.0000	UN	3,3000	277,20
043 - (008282) GARRAFA TERMICA - 3 LITROS	INVICTA	2.0000	UN	43,0000	86,00
044 - (008283) FACA PARA PAO (SERRINHA) No 8	ORIGINAL	18.0000	UN	14,0000	252,00
046 - (008285) ESCORREDOR DE PRATOS EM ACO	ORIGINAL	2.0000	UN	35,0000	70,00
051 - (008290) CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA-CA	ARCA PLAST	20.0000	UN	13,8500	277,00
052 - (008291) CAIXA PLASTICA ORGANIZADORA 11	ARCA PLAST	20.0000	UN	20,5000	410,00
053 - (008292) CAIXA ORGANIZADORA 28,2 LITROS	ARCA PLAST	20.0000	UN	48,7000	974,00
055 - (008294) ESCORREDOR DE PRATOS/TALHERES/	ERCA ALUMINIO	6.0000	UN	40,0000	240,00
056 - (008295) FACA DE PLASTICO - DESCARTAVEL	PLASTILÂNIA	30.0000	PT	5,8000	174,00
057 - (008296) FACA DE MESA INOX 4"	ERCA ALUMINIO	80.0000	UN	4,1800	334,40
059 - (008298) FILTRO PERMANENTE P/ CAFE 103	EVOLUTTO	20.0000	UN	7,8500	157,00
060 - (008300) JARRA DE VIDRO C/ TAMPÁ - 1LT	NADIR FIGUEIREDO	8.0000	UN	14,0000	112,00
062 - (008302) PRATO DESCARTAVEL - 21CM DIAME	HIPER PRATOS	150.0000	PT	1,3200	198,00
063 - (008304) PORTA TALHER COM 3 DIVISORIAS	AROPLAST	10.0000	UN	6,0000	60,00
064 - (008305) REGULADOR DE GAS BLINDADO	VINIGÁS	5.0000	KT	38,0000	190,00
066 - (008308) CAIXA ORGANIZADORA -2,5 LITROS	ARCA PLAST	3.0000	UN	12,2800	36,84
068 - (008310) JOGO DE COPO DE VIDRO - 400 ML	NADIR FIGUEIREDO	5.0000	JG	43,8000	219,00
069 - (008311) PRATO RASO - PORCELANA BRANCO	NADIR FIGUEIREDO	12.0000	UN	6,2400	74,88
072 - (008319) CJ.DE POTE RETANGULAR - P M G	AROPLAST	5.0000	CJ	17,1400	85,70
076 - (008323) FACA CHEF GRANDE C/CABO ACRILI	ORIGINAL	2.0000	UN	26,9000	53,80
077 - (008324) COLHER PARA ARROZ EM ACO INOX	SIMONAGIO	4.0000	UN	14,4000	57,60
080 - (008327) BANDEJA DE ACO INOX RETANGULAR	ERCA ALUMINIO	3.0000	UN	74,9000	224,70
081 - (008330) GARRAFA TERMICA DE 2 LITROS	TERMOLAR	3.0000	UN	149,9000	449,70
085 - (008335) JARRA DE VIDRO LISO TRANSPAREN	NADIR FIGUEIREDO	6.0000	UN	28,4000	170,40
086 - (008337) ESCORREDOR DE LOUCA TIPO CAMA	ORIGINAL	2.0000	UN	70,0000	140,00
088 - (008339) BACIA DE PLASTICO REFORCADO CA	ARCA PLAST	5.0000	UN	13,4000	67,00
089 - (008340) ACENEDOR DE FOGAO A GAS	LUME	6.0000	UN	5,7500	34,50
091 - (008376) EBULIDOR AQUECEDOR DE AGUA	ORIGINAL	2.0000	UN	34,4000	68,80

TOTAL DO PARTICIPANTE BETANIA APARECIDA PERBONI VILAS BOAS - ME

13.465,52

1.3 - Este instrumento não obriga a Administração Municipal a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.



1.4.1 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, observadas as mesmas condições de fornecimento e pagamento, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a Secretaria da pasta solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

1.6 - A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e com anuência do fornecedor.

1.7 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n.º 056/2019 e seus Anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços ou documento equivalente.

4 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO


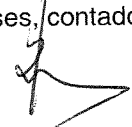
4.1 - As empresas vencedoras deverão entregar os produtos licitados conforme necessidade das Secretarias citadas no neste edital e deverão ser entregues na Rua XV novembro, 1126 – A, Centro, Monte Belo (MG) das 07:00 as 16:00 horas.

4.2 – Os materiais deverão serem entregues no prazo máximo de 10(dez) dias, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.3 - Os produtos serão recebidos provisoriamente, pelo encarregado do Almoxarifado, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com suas especificações e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA.

4.4 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, acompanhado dos demais documentos pertinentes, atestando que os materiais adquiridos atenderam todas as exigências editalícias e legais, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

4.5 - Os materiais deverão ter a sua garantia por um prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da dada de recebimento do objeto licitado.

  3



4.6 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos de acordo com o valor registrado.

4.7 – O Município não está obrigado a adquirir nenhum item licitado, ficando a seu exclusivo critério definir o momento da aquisição e a quantidade, de acordo com as especificações constantes deste edital.

4.8 – A vencedora do processo licitatório para fins de registro de preços fica obrigada a atender a todos os pedidos realizados pelo Município.

4.8.1 – A licitante vencedora não poderá, sem motivo justo, devidamente comprovado e informado, recusar-se a fornecer o objeto licitado.

4.9 - As especificações dos itens serão conferidas no momento da entrega de acordo com a Planilha de quantitativo e preço de referência deste edital, bem como as certificações, se assim for solicitado na ordem de fornecimento.

4.10 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em plena conformidade com as exigências legais pertinentes e condições estabelecidas neste edital.

4.11 - No ato da entrega dos itens a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura que será submetida à aprovação de servidor responsável pelo recebimento.

4.12 - Por ocasião da entrega, a Detentora deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do RG - Identidade, emitido pela Administração Pública, do servidor do Município responsável pelo recebimento.

4.13 - Constatadas irregularidades nos materiais recebidos, o Município poderá:

a). Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1). Na hipótese de substituição, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, sem qualquer ônus à Município.

b). Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1). Na hipótese de complementação, a Detentora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, mantido o preço inicialmente registrado, sem qualquer ônus ao Município.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O Município de Monte Belo procederá ao pagamento dos produtos no preço ofertado, em moeda corrente nacional, 25 (vinte e cinco) dias contados a partir da data de recebimento dos produtos, mediante entrega, acompanhado de Nota(s) Fiscal(ais) discriminada(s) de acordo com a Ordem de Fornecimento e após o recebimento definitivo e verificação do perfeito atendimento dos produtos.

- a) Constatadas irregularidades no documento fiscal, o pagamento ficará condicionado a sua reapresentação com as devidas correções;
- b) Em caso de inexecução parcial do ajuste, ocorrerá o pagamento somente da parte adimplida, podendo ser retido o valor estimado das penalidades previstas neste edital até a apuração do regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- c) A Prefeitura, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.



5.2 - Deverão ser anexados a cada Nota Fiscal o Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Seguridade Social, CND Municipal e Estadual, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preços.

5.3- O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta corrente da empresa.

5.4 - As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

Ficha: 032 – 020101 04 122 0001 2.004 339030
Ficha: 066 – 020301 04 123 0042 2.010 339030
Ficha: 091 – 020401 12 122 0001 2.011 339030
Ficha: 119 – 02 040112 361 0023 2.013 339030
Ficha: 126 - 020401 12 365 0023 2.020 339030
Ficha: 288 – 020502 10 122 0001 2.044 339030
Ficha: 305 – 020502 10 302 0015 2.045 339030
Ficha: 314 – 020502 10 301 0015 2.094 339030
Ficha: 315 – 020502 10 301 0015 2.094 339030
Ficha: 328 – 020502 10 301 0016 2.047 339030
Ficha: 340 – 020502 10 301 0016 2.048 339030
Ficha: 353 – 020502 10 301 0016 2.049 339030
Ficha: 371 – 020502 10 301 0017 2.046 339030
Ficha: 387 – 020502 10 301 0017 2.098 339030
Ficha: 388 – 020502 10 301 0017 2.098 339030
Ficha: 407 – 020502 10 303 0019 2.054 339030
Ficha: 427 – 020502 10 304 0017 2.056 339030
Ficha: 446 – 020502 10 305 0017 2.057 339030
Ficha: 447 – 020502 10 305 0017 2.057 339030
Ficha: 501 – 020601 15 452 0028 2.061 339030
Ficha: 690 – 020801 08 244 0012 2.079 339030
Ficha: 698 – 020801 08 244 0012 2.080 309030

5.5 – Para o exercício de 2019, as despesas oriundas desta licitação serão custeadas pela dotação correspondente à acima mencionada.

6 – DAS RESPONSABILIDADES

6.1 - A detentora da Ata responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Administração Municipal ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida por aquela.

6.2 - A detentora da Ata é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 -. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da detentora da Ata.

6.4 - A detentora da Ata é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 - A detentora da Ata autoriza a Administração Municipal a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS DETENTORAS/FORNECEDORAS

7.1 - Constituem obrigações das empresas detentoras/fornecedoras:

5



- a) Fornecer os produtos de acordo com as condições e os prazos estabelecidos no Edital PP 056/2019 – PRC 102/2019 e seus anexos;
 - b) Observar para o fornecimento dos produtos, seja ele de que tipo for, as normas técnicas adequadas;
 - c) Fornecer, juntamente com os produtos, toda a sua respectiva documentação fiscal;
 - d) Manter-se, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.1.1 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos itens licitados exigidos na Ata, a empresa deverá adequá-los sem qualquer ônus para o Município.
- 7.1.2 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações e responsabilidade da Detentora:
- a) Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os produtos sejam entregues com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
 - b) Comunicar imediatamente o Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.
 - c) Manter, durante o prazo de vigência da presente Ata, todas as condições de habilitação exigidas no Edital;
 - d) Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
 - e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução desta Ata, salvo com prévia e expressa autorização do Município;
 - f) Atender prontamente quaisquer exigências do representante do Município, inerentes ao objeto da licitação.
- 7.2 – Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Monte Belo:
- a) Comunicar imediatamente à fornecedora dos itens licitados, detentora da Ata de Registro de Preços para aquele objeto, as irregularidades manifestadas no fornecimento dos produtos;
 - b) Fiscalizar a entrega dos itens licitados;
 - c) Realizar o pagamento na forma pactuada.

8 - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

8.3 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



8.4 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da proposta mais vantajosa.

8.7 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

8.8 - Será considerado para efeitos legais, toda a publicação realizada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Monte Belo (www.montebelo.mg.gov.br) relativa a alteração da ata de registro de preços, a partir do momento de sua divulgação, mesmo que não tenha sido realizado intimação direta ao fornecedor.

8.9 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, observadas sua legalidade e tipicidade.

8.10 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou;

II - A pedido do fornecedor.

9 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1 - A recusa injustificada do licitante em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, bem como o convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei Federal n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.2 - A multa para as sanções acima estabelecidas será aplicada no valor total correspondente a 30% (trinta por cento) do objeto licitado ou respectivo contrato, e será aplicada após garantia do efetivo exercício do direito do penalizado ao contraditório e ampla defesa.

9.3 - As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração.

7



10 – DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES - Instrução Normativa nº 01/2017 da Presidência da República

10.1 – As penalidades serão aplicadas para as seguintes condutas àqueles que:

I - Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

II - Deixar de entregar documentação exigida para o certame:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 02 (dois) meses;

III - Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - Ensejar o retardamento da execução do objeto:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 04 (quatro) meses;

V - Não manter a proposta:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 04 (quatro) meses;

VI - Falhar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

VII - Fraudar na execução do contrato:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

VIII - Comportar-se de modo inidôneo:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

IX - Cometer fraude fiscal:
Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

10.2 - As penalidades poderão ser majoradas a critério da Administração Pública conforme a gravidade e complexidade do caso em tela.

11 – DOS RECURSOS DE PENALIDADES

11.1 - O prazo para a apresentação de recurso quanto às penalidades aplicadas será de 05 (cinco) dias conforme o art. 109 da Lei Fed. nº 8.666/1993.

12 – DA PUBLICAÇÃO

12.1 - A eficácia da presente Ata está vinculada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Monte Belo - MG.



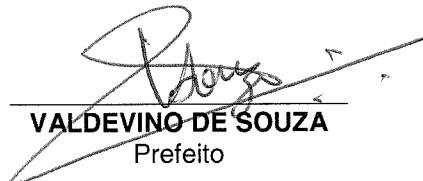
13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O fornecedor dos produtos não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto licitado.

13.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da comarca de Monte Belo, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.3 - Dá-se à presente Ata o valor de R\$ 13.465,52(Treze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Monte Belo, 25 de Outubro de 2019.



VALDEVINO DE SOUZA
Prefeito



BETÂNIA APARECIDA PERBONI VILAS BOAS ME
BETÂNIA APARECIDA PERBONI VILAS BOAS
Representante legal